



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638454 - RS (2021/0000898-0)

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : NICOLAS MENDES ANELI  
**ADVOGADO** : NICOLAS MENDES ANELI - RS091212  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
  
**PACIENTE** : JACKSON PEIXOTO RODRIGUES (PRESO)  
**CORRÉU** : CLAITON EDGAR LOPES ANDRADES  
**CORRÉU** : FRANCISCO CARLOS TRINDADE DA SILVA  
**CORRÉU** : DILMAR MARQUES PINTO  
**CORRÉU** : ROMARIO CARDOSO FERRAZ  
**CORRÉU** : LUCIANO COLETTI HERDINA  
**CORRÉU** : JOSE AUGUSTO RAMOS DA SILVA  
**CORRÉU** : TIAGO VARGAS DA SILVA  
**CORRÉU** : OSMAR FERNANDO LEO  
**CORRÉU** : JOSE EDI ALVES DA SILVA  
**CORRÉU** : JOAO ANTONIO DE CASTRO AQUINO  
**CORRÉU** : MAILSON DOS SANTOS AYRES  
**CORRÉU** : MICHELE CARDOSO FERRAZ  
**CORRÉU** : RONALDO AYRES LOPES  
**CORRÉU** : GRACILIANO CARLOS COELHO  
**CORRÉU** : RAFAELA PACHECO HUNTER  
**CORRÉU** : DIONATAN RODRIGUES DE SOUZA  
**CORRÉU** : GIULIANO MORAES FERNANDES  
**CORRÉU** : ROSANGELA LOURENÇO  
**CORRÉU** : GILMAR NUNES COSTA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JACKSON PEIXOTO RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 0077409-47.2020.8.21.7000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, por tráfico e associação para o tráfico.

O impetrante sustenta que a prisão está desprovida de fundamentos concretos e que há excesso de prazo, pois já perdura desde fevereiro de 2017. Aduz que não teria sido obedecida a regra do art. 316 do CPP, de revisar a necessidade do encarceramento cautelar a cada 90 dias.

Requer, liminarmente, a colocação do paciente em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

De início, tem-se que a impetração não está suficientemente instruída, pois não foi juntada a decisão que decretou a preventiva.

Além disso, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Quanto ao excesso de prazo, o paciente encontra-se denunciado juntamente com mais 19 pessoas, denotando complexidade no processo penal, o que motivou a denegação da ordem originária, no particular, conforme o acórdão atacado.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente